

TÍTULO DO TRABALHO			
<b>ORGANIZAÇÃO SOCIAL, LUTA DE CLASSES E PROCESSO DE CONSCIÊNCIA: movimentos sociais camponeses e sua articulação internacional</b>			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
<b>Ândrea Francine Batista</b>	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	Doutoranda
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Os últimos vinte anos vêm sendo marcados por um processo de reordenação territorial do capital no campo, sob as bases dos princípios da produtividade e da produção de <i>comoditties</i> agrícolas, minerais e energéticas. O agronegócio articulado com a mineração, hidronegócio e aos mega-projetos de infra-estrutura são chaves para a consolidação desta matriz econômica de maneira hegemônica.</p> <p>Dentre as diferentes organizações sociais da classe trabalhadora que vêm resistindo e confrontando o capital, se constitui na década de 90 uma articulação internacional de organizações camponesas, indígenas e afrodescendentes chamada Via Campesina, que sob as bandeiras de luta pela reforma agrária, soberania alimentar e transformação da sociedade fazem o enfrentamento às conseqüências do capital no campo a partir de lutas, práticas organizativas, e processos de formação de seus intelectuais orgânicos.</p> <p>São aspectos chaves para uma territorialização contra-hegemônica: a organização e a consciência de classe.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Via Campesina; Organização Social; Consciência.			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>The last twenty years have been marked by a process of territorial reorganization of the capital in the countryside based in the principles of productivity and agricultural, mineral and energy commodities production. Agribusiness linked to mining, hydro and infrastructure mega-projects are key to the hegemonic consolidation of this economic matrix.</p> <p>Among the different social organizations of the working class that have resisted and confronted capital, in the 90s is founded an international articulation of peasant, indigenous and afrodescents organizations called Via Campesina, which under the flags of struggle for agrarian reform, food sovereignty and transformation of society confronts the consequences of capital in the countryside, through mobilizations, organizational practices, and educational processes of its organic intellectuals.</p> <p>Key aspects for a counter-hegemonic territorialization is organization and class consciousness.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Via Campesina; Social Organization; Consciousness.			
EIXO TEMÁTICO			
Ciência, Filosofia e ideologia: estranhamento ou emancipação			

## **ORGANIZAÇÃO SOCIAL, LUTA DE CLASSES E PROCESSO DE CONSCIÊNCIA:**

### **Movimentos Sociais Camponeses e sua Articulação Internacional**

O processo de reconfiguração do capital no campo a partir da década de 90 vem sendo marcado por uma articulação intrínseca entre o agronegócio, hidronegócio e mineração para produção de mercadorias, grande parte em forma de *comodities*, e o desenvolvimento de mega-projetos de infraestrutura para a circulação das mesmas. No que diz respeito ao papel da América Latina na geoeconomia mundial, a produção de matérias primas para a exportação, sejam elas agrícolas ou minerais, foi ao longo dos últimos vinte anos transformando os antigos latifúndios improdutivos em latifúndios de extrema produtividade sob a gerência de empresas transnacionais.

Estas empresas controlam toda a cadeia produtiva envolvendo insumos agrícolas, desde o controle das sementes, terra, minérios e água, até a tecnologia, mão de obra, e ainda créditos bancários. Algumas atuando especificamente no Brasil, outras atuando concomitantemente em diversos países da América Latina.

Podemos citar como exemplo (EXAME, julho de 2013), no campo da mineração: Vale atuando em Argentina, Chile, Colômbia, Peru e Brasil; a Odebrecht atuando na Argentina, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela e Brasil; e ainda a Votorantim atuando na Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Peru, Uruguai e Brasil. Estas três empresas de controle acionário brasileiro.

No agronegócio de derivados de soja, podemos citar: a Cargill, de controle acionário americano, atuando no Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Colômbia, Peru, Venezuela; Maggi, de controle acionário brasileiro, atuando no Brasil e Argentina; a Bunge, atuando em países como Argentina, Brasil, Bolívia, Colômbia, Peru, Paraguai, Uruguai, Guatemala, e México; Louis Dreyfus, de controle acionário francês, atuando em países como Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai. Na produção agrícola de derivados da cana (açúcar e agrocombustíveis), podemos citar a Cosan, de controle acionário brasileiro, e atuando em países como Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai. E no agronegócio de celulose, podemos citar as empresas Suzano e Klabin, ambas de controle acionário brasileiro, e atuando respectivamente em Argentina e Brasil, e, Brasil e Equador. Paralelamente o monocultivo destes produtos em grandes extensões de terras, realiza-se de maneira freqüente o crescimento de produção e uso de agrotóxicos, a transgenia, alteração de códigos florestais e leis de mineração, no intuito da expansão produtiva.

Na produção de carnes, podemos citar a J&S (da qual faz parte o grupo JBS), e a BRF (da qual fazem parte grupos como Sadia e Perdigão), ambas de controle acionário brasileiro, atuando em

Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, e Argentina, Brasil, Chile, Uruguai e Venezuela, respectivamente.

Algumas destas empresas como Bunge, Cargil, Dreufus, estão presentes com áreas cultivadas e instalação de plantas processadoras em territórios onde se localizam o Aquífero Guarani, o terceiro maior do mundo (compreendendo extensão entre Brasil, Argentina e Uruguai). Empresas que faturam milhões anualmente, no caso do Brasil as empresas Cargil e Bunge, e, JBS e BRF ficaram nos primeiros lugares do *raking* em maior valor em vendas líquidas nos anos de 2011 e 2012.

O hidronegócio é marcado pela apropriação do recurso natural água, e sua mercantilização, como no caso da empresa Nestlé na venda de água mineral, assim como na construção de gigantescas hidrelétricas para fornecimento de energia. Hidrelétricas, como no caso da Usina Belo Monte, construída no entorno do Rio Xingú (Pará), que está relacionada a projetos de direitos minerários cedidos a empresas como a Companhia Vale do Rio Doce para extração de ouro, manganês, cobre, bauxita entre outros minerais em terras indígenas. Vale lembrar que para o processamento do minério em sua forma final de mercadoria impacta tanto as águas da superfície como as águas do subterrâneo.

Segundo Gudynas (2011), um extrativismo contemporâneo, também chamado de neoextrativismo progressista, que serve estrategicamente, em alguns casos, como um dos pilares de governos progressistas que buscam construir ações de combate a pobreza. Para que a estratégia política destes governos possa ser exitosa é necessário, segundo Campos (2009) criar um ambiente que disponha a territorialização do modelo do agronegócio, ambiente esse relacionado à eleição de empresários em cargos públicos, financiamento de campanhas eleitorais, apropriação de espaços midiáticos, etc. Um processo que ocorre nas mais diferentes escalas, desde o município ao nível internacional.

Para possibilitar com maior agilidade a circulação destas mercadorias, são construídos mega-projetos de infra-estrutura como o caso de: hidrovias com eixos que cortam diferentes países; ferrovias, e construção de portos.

Observamos, neste sentido, que a atuação destas empresas é fundamental nesta territorialização do capital no campo, assim, consolidando uma hegemonia sobre aspectos econômicos, políticos e ideológicos.

Este processo, em poucas palavras acima mencionadas, recoloca num novo patamar a desterritorialização dos trabalhadores do campo (camponeses, assalariados, indígenas, etc.). Reconfigurando também as formas de trabalho, fundadas na base da expropriação de recursos naturais, na exploração e na subsunção de formas não capitalistas de produção.

A expropriação da terra, da água, e das florestas nativas produz a migração e o êxodo de camponeses, extrativistas, indígenas e quilombolas para outras regiões do país, sejam grandes centros urbanos, ou cidades pequenas no interior do país, ou ainda para o campo em terras pouco

agricultáveis, onde a renda da terra é pouca para a própria subsistência. Em alguns casos, muitos camponeses, indígenas, e quilombolas tornam-se assalariados (parcial ou integralmente) de grandes empresas de colheita ou processamento de produtos agrícolas, passando a integrar a lógica direta da exploração do trabalho. Em alguns casos na forma de trabalho campesino sazonal, que compõe uma lógica de busca de sobrevivência na terra, já que o salário em algumas circunstâncias é investido na agricultura de subsistência.

Em outros casos este processo de desterritorialização se dá através da integração dos camponeses junto às grandes indústrias, sejam elas do leite, da produção de pequenos animais, do tabaco, entre outras. Estes processos de integração podem ser destacados como uma das formas mais expressivas da subsunção do trabalho camponês à lógica do geral do capital, muito embora não seja a única.

A categoria de análise da subsunção é fundamental para compreender o problema do trabalho camponês (ou de formas de trabalho não assalariado) na lógica geral do sistema capitalista, desde uma perspectiva da totalidade, assim como para a compreensão da luta de classes no campo

### **1. Via Campesina: Articulação Internacional de Movimentos Sociais do Campo e a Formação de Intelectuais Orgânicos**

Essa reconfiguração do capital no campo, acima mencionada, marca um momento histórico de conflitos territoriais, que re-significa também o caráter da luta de classes no campo. As diversas organizações sociais que lutam pela resistência contra-hegemônica, assim como a articulação internacional destes movimentos, são em tese respostas às conseqüências deste modelo de desenvolvimento que privilegia essencialmente a concentração de recursos naturais, a produtividade e o lucro.

A Via Campesina Internacional (VCI) e a Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC) - sua articulação regional - nascem na década de 90, momento do auge do neoliberalismo mundial. Com o propósito de articular internacionalmente os diferentes movimentos sociais do campo numa mesma plataforma política de luta e debate, buscam desde a organização política, as lutas sociais, e uma política de formação de dirigentes, fazer o enfrentamento às conseqüências do sistema capitalista no campo.

Muito embora, essa articulação internacional de camponeses não seja tão recente assim, pois de certa maneira o debate da questão camponesa perpassou historicamente os diferentes processos revolucionários com vistas à transformação da sociedade.

Segundo Rosset (2010), o surgimento da CLOC precede o surgimento da Via Campesina, pois ao longo dos anos 80, o continente havia experimentado várias experiências de intercâmbios de

movimentos sociais camponeses “a partir de la Conferencia Continental de la Reforma Agrária y los Movimientos Campesinos celebrada em Manágua em 1981” (ROSSET, 2010, p. 28).

Esta reunião, no bojo do processo da Revolução Nicaragüense, possibilitou um freqüente processo de intercâmbios e reuniões até 1989, quando se inicia na Colômbia, a preparação para uma Campanha Continental dos 500 anos de resistência negra, indígena e popular.

As diferentes conferências que se seguiram foram chaves para o fortalecimento desta articulação e da organização continental em grandes regiões (Norte, Centro, Caribe, Andes e Cono Sur). Segundo Vieira (2011), é em 1992, dois anos após a derrota eleitoral da Frente Sandinista de Liberação Nacional, durante O II Congresso da *Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos* - em Manágua que a Via Campesina foi gestada.

Hoje a VCI tem cerca de 170 organizações que se encontram em 74 países, distribuídos a nível mundial. No caso da América Latina, cerca de 80 organizações de camponeses, indígenas, e afro-descendentes que fazem a luta nos territórios nacionais, e articulada internacionalmente, pela Reforma Agrária, Soberania Alimentar, construção de novas relações de gênero, a agroecologia, e a transformação social. Juntamente a estas linhas estratégicas de luta, a Via Campesina vem articulando processos de formação de seus próprios intelectuais orgânicos, que centrados na interação entre a formação política e formação técnica, estão baseados nas necessidades de promover um avanço na capacidade de leitura da realidade concreta e na necessidade de projetar novas lideranças e consolidar coletivos de atuação que fortaleçam as organizações em nível nacional e internacionalmente.

Neste sentido, a política de formação da VCI está estreitamente vinculada à estratégia da Organização, e buscar construir o vínculo de uma sólida formação política articulada à formação técnica em agroecologia, em comunicação popular, entre outros.

Alguns exemplos destes processos formativos ocorrem nacionalmente, e são coordenadores por uma ou outra organização participe da Via Campesina. Entretanto existem outros que são articulados internacionalmente. Sobre estes, citamos abaixo de maneira sintética:

- a. Cursos Livres e Atividades de Formação Política: Curso de formação de militantes de base da região *cono sur*; Escola de formação de militantes de base da região andina; Escola de formação de dirigentes; Cursos latino-americanos da Escola Nacional Florestan Fernandes; Escola de formação de mulheres; Acampamento da Juventude latino-americana da Via Campesina Internacional; Campanhas da Via Campesina (Contra os Agrotóxicos; Pelas Sementes Crioulas, Campanha Global pela Reforma Agrária; Basta de violência contra a Mulher.

A característica essencial destes cursos livres e atividades de formação política é possibilitar espaço para estudo e debate de temas estruturantes de análise da sociedade como filosofia, economia política e história das lutas da classe trabalhadora, assim como temas conjunturais, que fazem parte da dinâmica da luta de classes.

- b. Cursos Livres e Atividades de Formação Político-profissional: Escola Latino-Americana de Comunicação Popular da CLOC-Via Campesina; Escolas de Agroecologia; Encontro de formadores em Agroecologia;

A característica essencial deste conjunto de cursos e atividades está relacionada à busca de conjugar a formação política com a formação técnica em alguma área de conhecimento. Tem o intuito de socializar e investigar dinâmicas e processos relacionados à capacitação para atuação específica na produção agroecológica, na comunicação popular, e na educação popular em agroecologia.

- c. Escolas e Institutos de formação político-profissional em agroecologia: Podemos citar as escolas e institutos de formação em agroecologia. A característica deste grupo está relacionada ao processo de educação formal, pois exige um determinado grau de escolaridade já que seus cursos são em nível de graduação, tecnólogo ou especialização. Como exemplo, a Escola Latino-Americana de Agroecologia – ELAA (Brasil); o Instituto de Agroecologia Latino-americano - IALA Paulo Freire (Venezuela); o Instituto de Agroecologia Latino-americano - IALA Guarani (Paraguai); o Instituto de Agroecologia Latino-americano - IALA Amazônico (Brasil); a Universidade Campesina “Suri” – UNICAM-SURI (Sistemas Universitários Rurales Indocampesinos) (Argentina); e a Escola Nacional de Agroecologia do Equador - ENA (Equador).

Estes cursos e atividades de formação política, e /ou, formação político-técnico estão mais bem relatados, historicizados e caracterizados no trabalho de dissertação de Batista (2013). Entretanto foram mencionados acima para uma apresentação da dimensão e importância que existe dentro da CLOC-Via Campesina, a formação de seus quadros, de seus intelectuais orgânicos como parte de sua própria estratégia política.

Cada atividade ou grupo de cursos e atividades tem sua particularidade, entretanto alguns aspectos são singulares e perpassam por todas as experiências. Sobre estes aspectos, considerados também pressupostos, ou princípios norteadores, caberia destacar que há uma tentativa de buscar os encontros e a identidade destas experiências, o que percorre de maneira comum e que dá unidade à CLOC – Via Campesina, e que ao mesmo tempo os identifica como sua Política de Formação.

O primeiro deles é a posição de classe, onde os processos e formação também assumem um papel de socialização de teorias revolucionárias, mas também assumem um papel de teorização, de reflexão sobre as práticas imbricadas organicamente às lutas desenvolvidas por cada organização em particular e pela própria Via Campesina.

Outro pressuposto diz respeito ao próprio método dos processos político-pedagógicos que levem em conta a formação para a emancipação humana. Neste sentido ademais dos estudos, outras dimensões somam-se aí. São elas as dimensões da organicidade, do trabalho, e da arte/cultura.

A dimensão da organicidade proporciona o estímulo à auto-gestão e à construção coletiva dos cursos, onde a convivência cotidiana é organizada de maneira intencional a proporcionar princípios da coletividade e da unidade.

A dimensão do trabalho, busca redimensionar o significado do trabalho na construção de uma nova sociedade, então faz parte desta a busca de vínculo orgânico com as comunidades de origem proporcionando e estimulando o trabalho de base em seu caráter político-organizativo e produtivo. Também a produção agrícola na perspectiva de auto-sustentação de cursos e atividades mais longas, ou mesmo para experienciar e investigar técnicas e dinâmicas agroecológicas. O trabalho doméstico, relacionado à limpeza e manutenção dos espaços utilizados pelos grupos tornam-se responsabilidade do próprio grupo, possibilitando inclusive a discussão da função histórica deste tipo de trabalho delegada às mulheres.

Por último, mas não menos importante, aponta-se a dimensão da arte / cultura como processo que possibilita a socialização e a criação de uma estética vinculada à transformação social. Também a busca de construção de novos valores que apontem a construção do novo homem e da nova mulher. Valores como solidariedade e respeito mútuo nas relações humanas.

Fundamental também neste pressuposto do método é a busca de construir processos de formação para os diferentes níveis, as chamadas: formação de base, de militantes e de quadros dirigentes.

O terceiro pressuposto está relacionado a própria gênese da CLOC – Via Campesina, o internacionalismo. Ao proporcionar condições objetivas nos processos de formação nos quais representantes das diferentes organizações possam conviver e intercambiar informações, opiniões e experiências político-organizativas.

O quarto pressuposto é o da participação das mulheres nos processos formativos, sejam eles especificamente sobre temáticas de gênero e feminismo, sejam eles de formação política e técnica em geral.

São estes alguns dos pressupostos, ou princípios norteadores em construção da política de formação da CLOC - Via Campesina.

Sob os elementos mencionados neste capítulo, consideramos que há um papel político-pedagógico da Via Campesina na luta de classes no campo, na medida em que organização e formação se imbricam na luta por uma territorialização contra-hegemônica.

## **2. Organização e Consciência**

Consideramos que são elementos estruturantes para o processo de resistência e territorialização contra-hegemônica a questão da organização e o trabalho permanente com o processo de consciência dos diferentes sujeitos que compõem o campo na atualidade.

A Via Campesina possibilita condições objetivas para a construção de uma leitura comum, uma compreensão da totalidade da hegemonia do capital no campo e sua incidência nas diferentes regiões, por parte das organizações sociais camponesas existentes. Possibilita a compreensão do desenvolvimento do capital no campo nos diferentes países de maneira desigual e combinada.

A Via Campesina pode ser considerada hoje como uma articulação de projeto anti-neoliberal. Não se declara uma articulação de projeto socialista, de transformação estrutural desta sociedade, muito embora uma grande parte das organizações sociais que fazem parte dela tenha esta perspectiva. É possível considerar hoje que a articulação da regional latino-americana, a CLOC-VC tenha uma proposição nessa perspectiva.

Mesmo com estas diferenças, é importante considerar que as lutas de resistência e contestação às conseqüências do capital no campo, conformam uma força contra-hegemônica, de territorialização contra-hegemônica. Esta ocorre na medida em que a luta e o enfrentamento, seja a uma conseqüência pontual seja de maneira estrutural, atinge as chaves do sistema capitalista – no caso do campo: propriedade da terra e demais recursos naturais, propriedade dos meios de produção, forma capitalista de produção de mercadoria e extração de lucro, e a subsunção de formas de trabalho não assalariados à lógica geral do capital.

Neste sentido, consideramos que o processo de consciência de si enquanto camponês, enquanto indígena, enquanto quilombola se dá na medida em que a luta concreta se efetiva por melhores condições de vida e trabalho. Compreender-se como classe em si ocorre na medida em que, como grupo, se movimenta na busca de efetivar melhorias das condições objetivas para o próprio grupo.

Quando digo que classe e consciência de classe são sempre o último estágio de um processo real, naturalmente não penso que isso seja tomado no sentido literal e mecânico... A questão é que não podemos falar de classes sem que as pessoas, diante de outros grupos, por meio de um processo de luta (o que compreende uma luta em nível cultural), entrem em relação e em oposição sob uma forma classista, ou ainda sem que modifiquem as relações de classe herdadas, já existentes (THOMPSON, 1977, p. 3).

Identificar-se como classe em si, ou ter consciência social, é, portanto, um largo processo de compreender as questões que atingem determinado grupo de trabalhadores na sua particularidade. Particularidade esta determinada pela atuação do capital de maneira desigual e combinada. Neste



sentido, é diferente a forma da exploração capitalista do camponês da forma de exploração capitalista do assalariado rural, ou mesmo do indígena, entretanto todos estão submetidos às mesmas leis que regem o sistema vigente.

Entretanto, não ainda como consciência para si, ou consciência de classe, pois esta se forja, segundo Iasi (1999), na medida em que nega sua particularidade para assumir a luta da classe trabalhadora como um todo. Este negar a particularidade, não está de nenhuma maneira relacionado à anulação da particularidade, mas de sua incorporação numa dimensão mais ampla, onde se reconhece a totalidade dos diferentes grupos que se movimentam por seus direitos particulares. Assumir a luta de outros grupos para um projeto de emancipação humana e de mudança estrutura desta sociedade é característica central que permeia a consciência de classe.

Assim, é fato que a organização sócio-política de caráter internacional de movimentos do campo tem também um papel pedagógico na luta de classes, possibilitando as condições para o avanço da consciência na medida em que constrói processos de territorialização contra-hegemonia no campo. Este processo forja as condições objetivas e subjetivas para formular e reformular suas próprias estratégias seja ainda numa dimensão das particularidades ou numa dimensão da totalidade da classe trabalhadora e da perspectiva de transformação estrutural.

É sobre estes elementos, que consideramos que a organização política está estreitamente vinculada ao tema do processo de consciência, que numa relação dialética, forjam-se em concomitância. Entretanto, é importante ressaltar que esta relação não se encontra em pleno estado de vôo, sem raiz ou uma relação direta com a materialidade da vida. É mais, consideramos que as condições objetivas da realidade é que condicionam a própria organização, o desenvolvimento da consciência em si, e as contradições elementares das lutas particulares diante da totalidade do sistema capitalista. Estas contradições podem possibilitar ou não um salto de qualidade organizativo e de consciência para si.

Gramsci, em suas reflexões teóricas sobre a luta socialista aponta conceitos importantes para esta análise: o da organização como intelectual coletivo, e o do intelectual orgânico. Ao analisar o conceito de organização política como intelectual coletivo, analisamos também os aspectos relacionados à superação do movimento espontâneo dos trabalhadores e quais condicionantes podem possibilitar um salto de qualidade para uma forma de direção consciente das lutas e perspectivas. Junto aos conceitos de intelectual orgânico, as escolas de formação política para a militância e dirigentes da organização tornam-se chaves. Um consolidado trabalho de formação política seria indispensável para a conquista da hegemonia por parte dos trabalhadores, para a unificação do pensamento e da ação das classes subalternas que em linha geral passam por momentos destituição de sua capacidade crítica. A superação do senso comum e da fragmentação da consciência se dá pela educação crítica.

Esta educação crítica é forjada também por meio de um instrumento coletivo que dirija os movimentos e levantes espontâneos da classe trabalhadora mantendo a coesão e conformando um bloco histórico de luta contra-hegemônica.

Para Gramsci, em seu tempo histórico, o partido revolucionário teria este papel, o da superação da luta espontânea e corporativa (com reivindicações particulares) para uma direção consciente de mudança estrutural da sociedade, para uma consciência da missão revolucionária da classe trabalhadora. A organização e a formação política possibilitariam a tomada de consciência desta missão. Abaixo segue uma passagem na qual o autor evidencia em linhas gerais este elemento.

[...] a ausência entre as forças radicais populares de uma consciência da missão da outra parte, impediu-as de ter plena consciência da sua própria missão, e, portanto de pesar no equilíbrio final das forças em relação ao seu efetivo poder de intervenção [...]. (GRAMSCI, 1976, p. 80)

Este instrumento, a organização como intelectual coletivo deveria forjar a aliança operário-camponesa, relação esta que para além de um problema de relação de classe era também um problema territorial. Para romper com um bloco agrário-industrial era necessário forjar a unidade entre os camponeses do sul e os operários do norte. Para Gramsci (1987), somente com esta aliança poderia forjar a classe trabalhadora como dirigente da luta contra o capital, pois nas condições históricas da Itália os “operários fabris e os camponeses pobres” eram as “duas energias da revolução proletária”. (GRAMSCI, 1987, p. 72), na qual os operários tinham a tarefa de suscitar a luta camponesa para além do corporativismo agrário.

A emancipação dos camponeses, assim, não deveria ser buscada somente na divisão de terras improdutivas, mas na solidariedade com o proletário industrial, que por sua vez teria o interesse o capitalismo fosse derrubado inclusive através da propriedade fundiária. Segue abaixo comentários sobre este tema do autor:

[...] A luta de classe ainda não assumiu formas difusas e conscientemente orgânicas no campo; é certo que a revolução proletária não ingressara em sua forma resolutive enquanto a classe dos camponeses pobres e dos pequenos proprietários não tiver separado violentamente dos partidos políticos de coalizão camponesa. (GRAMSCI, 1987, p. 81)

Assim, nas análises de Gramsci, a organização como intelectual coletivo deveria relacionar a organização local e particular a uma organização política mais ampla, pois do ponto de vista dos trabalhadores em geral, é o “viés corporativo - importante, mas insuficiente – na perspectiva de sua constituição como força política” (SILVEIRA, 2012, p. 90) que se torne de fato contra-hegemônica.

A organização como intelectual coletivo, portanto, teria a função de superação da luta puramente econômica e imediata, corporativa, meramente sindicalista. Em outros termos, a superação do caráter espontaneísta da luta para os interesses mais amplos de toda a classe trabalhadora. Esta passagem é identificada em Gramsci (1995) como “*catarsis*”, que significa a passagem da “necessidade à liberdade”, do concreto sensorial ao concreto pensado, como síntese resultante de todo o movimento dialética entre a consciência em si e a organização. Segundo Gramsci a “*cartasis*” é como o “ponto de partida de toda a filosofia da práxis”. (GRAMSCI, 1995, p. 53).

É importante ressaltar aqui que o movimento espontâneo, corporativo, é parte do processo de tomada de consciência, não é um fenômeno puro, pois nele contém elementos de direção consciente. Portanto tem um papel fundamental na luta de classes, mesmo que em determinado momento precise ser superado para a consolidação de uma luta contra-hegemônica. Neste caso, a organização como intelectual coletivo poderia unificar “ação e o pensamento”, configurando-se como a “inteligência e a vontade coletiva”, (GRUPPI, 1996, p. 86 e 87).

Esse era o sentido do intelectual coletivo para Gramsci, um instrumento que possibilitasse a *catarsis*, a passagem da organização corporativa para a organização da classe em geral. Um instrumento que possibilitasse uma relação pedagógica entre dirigentes e dirigidos, entre intelectuais orgânicos e massa, entre a organização local do trabalho e a organização mais ampla dos trabalhadores na conformação de um bloco histórico com alianças de colaboração orgânica numa perspectiva de construção contra-hegemônica. Construir hegemonia é desenvolver “paralelamente a formação da autoconsciência e auto-organização das classes correspondentes”, e em certa medida a “passagem da classe em si à classe para si” (BIANCHI, 2008, p. 169).

Assim, o intelectual coletivo produz seus próprios intelectuais orgânicos, na medida em que se forja como tal. Um intelectual orgânico para Gruppi (1978) é um dirigente “capaz, mesmo que seja analfabeto ou semi-analfabeto”, de ser um organizador, “um educador de massa” (GRUPPI, 1978, p. 82), um intelectual organicamente vinculado aos problemas das classes subalternas.

Assim, o processo de consciência tem uma dimensão coletiva. Ela é primeiramente “o reflexo da fração da sociedade civil da qual participa, das relações sociais tais como elas se concentram na família, na vizinhança, na aldeia”. (GRAMSCI, 1982, p. 118). Mas não somente o reflexo do conjunto das relações sociais existentes. Para compreender a dinâmica do processo de consciência “importa conhecê-los geneticamente, em seu movimento de formação, já que todo o indivíduo é não

somente a síntese das relações existentes, mas também da história destas relações, isto é, o resumo de todo o passado”. (GRAMSCI, 1995, p. 40), mesmo que num dado momento seja ainda a síntese fragmentada de seu passado, submersa no senso-comum.

E para desconstruir a ideologia dominante presente no senso comum, é fundamental a realização de processos de formação política que possibilitem a passagem do “homem-massa” para “homem-coletivo”.

Para Bianchi:

A conformação do homem coletivo encontra seu momento crucial na passagem do indivíduo para a esfera universalizada das classes e, mais especificamente, para aquela esfera na qual as classes se apresentam como sujeitos universais, a esfera política. Essa passagem era compreendida por Gramsci como uma relação pedagógica ativa, distinta, portanto de uma mera relação escolar. É no nexo existente entre governantes e governados, dirigentes e dirigidos, intelectuais e não intelectuais que se torna possível identificar de modo mais preciso essa relação e o processo de formação de uma personalidade histórica. Desse modo, toda relação de hegemonia é necessariamente, uma relação pedagógica de construção de novos sujeitos sociais e políticos. (BIANCHI, 2008, p. 192)

A busca da unidade entre a ação e a concepção de mundo, entre a teoria e a prática, entre a filosofia e a política é fundamental para Gramsci para a superação de uma consciência presa ao senso comum. Daí a importância da relação unitária entre organização e formação política – uma possibilitando a crítica à outra e vice-versa. Estes elementos apontam a intrínseca relação entre intelectual orgânico e intelectual coletivo no processo de consciência dos trabalhadores em luta.

É possível com estes elementos considerar então a Via Campesina como um intelectual coletivo em formação?

### **3. Via Campesina: Intelectual coletivo?**

Considerando as características estruturantes do intelectual coletivo, acima mencionados, pretendemos neste capítulo fazer intermediações com a prática político-organizativa da Via Campesina com o intuito de analisar o papel político-pedagógico desta articulação para o avanço da luta de classes no campo.

Assim sendo, retomamos como características fundamentais do intelectual coletivo: ser instrumento que possibilite a *catarsis* (da luta meramente corporativa para a luta por transformação radical da sociedade); organização política que esteja vinculada ao processo de formação política; organização que projete seus próprios intelectuais orgânicos; organização articule alianças entre camponeses e operários.

Afirmamos em determinado momento do texto que a Via Campesina, é uma articulação de movimentos sociais do campo em nível internacional, a qual não se projeta como uma articulação internacional socialista, mas se projeta como anti-neoliberal, anti-imperialista, mesmo que, dentro dela, muitas organizações tenham essa perspectiva.

Afirmamos também que a Via Campesina através de suas lutas constrói uma territorialização contra-hegemônica na medida em que questiona, mesmo que pontualmente, as conseqüências do capital no campo.

Neste sentido, consideramos que a grande maioria das organizações sociais que compõe a Via Campesina são corporativas, com lutas particulares às suas categorias ou grupos. A superação dos elementos de espontaneidade nas organizações políticas de trabalhadores em suas particularidades (camponeses, trabalhadores assalariados do campo, indígenas, ribeirinhos, etc.), só é provocada intencionalmente por ações pedagógicas que possibilitem a *catarsis* mencionada por Gramsci, a passagem da “classe em si” para “classe para si”.

Estas ações tornam-se pedagógicas por: sua perspectiva estratégica, pelo confronto real e concreto na luta de classes; pelas alianças estratégicas; e pela formação política massas e de seus próprios intelectuais orgânicos.

Neste sentido, a Via Campesina, busca promover ações pedagógicas, através de sua política de formação forjar intelectuais orgânicos para a luta de classes no campo.

A territorialização contra-hegemônica se dá também pelas suas linhas estratégicas. Dá-se nos confrontos de modelos de produção, onde a agroecologia e a soberania alimentar são elementos chaves. Dá-se pelo questionamento às grandes propriedades de terra, à expropriação de recursos naturais, à busca de créditos para a sobrevivência do camponês.

Mesmo sabendo que esta territorialização contra-hegemônica está circunscrita no âmbito da resistência e não da ofensiva para as mudanças estruturais necessárias. A Via Campesina Internacional ao mesmo tempo em que luta pela resistência dos sujeitos do campo, luta por uma proposta estratégica de um novo modelo agrícola fundados na soberania alimentar, na agroecologia, e na biodiversidade.

Uma pergunta que podemos fazer diante disso é se estes elementos estratégicos são indícios para colaborar com uma proposta de mudança de caráter estrutural, desde a leitura dos próprios trabalhadores do campo? Preliminarmente, consideramos que sim, pode colaborar na discussão de

uma mudança estrutural da sociedade, e que são elementos que cumprem um papel histórico na luta de classes.

O fato de ser uma articulação internacional que possibilita a vivência, o intercâmbio e a construção de uma análise e uma pauta comum de lutas, em certa medida contribui para uma leitura mais ampla do desenvolvimento do capital no campo, para além das particularidades de cada organização. Podemos afirmar, sobre o risco de ser superficial que há indícios ou tendências de superação de consciência em si, quando se consegue identificar as singularidades existentes na questão camponesa, na questão indígena, na questão dos assalariados rurais.

Mas, haver indícios não significa superação, pois este é um largo processo de *quefazer* cotidiano, de encontros e desencontros, de contradições internas e busca de unidade. As diferenças de projetos, concepções, e estratégias existentes entre os movimentos particulares que fazem parte da VC, ao mesmo tempo em que enriquece o debate, podem vir a ser em determinados momentos travas para o avanço da estratégia.

As lutas da VC põem em pauta a problemática da questão agrária, seja para a sociedade como um todo, seja para o debate na esquerda do papel do camponês como sujeito de um processo de transformação social. Neste momento histórico os sujeitos do campo, organizados e articulados de maneira internacional, traçam elementos importantes para essa construção, apontando para o conjunto das organizações de esquerda uma dimensão estratégica da luta pela mudança estrutural da sociedade

Entretanto, há fragilidade numa articulação sólida com organizações operárias, muito embora, diversas organizações partícipes da Via Campesina estabeleçam relações e lutas coletivas em nível nacional.

Tomando por base a essência do conceito de intelectual coletivo apontado por Gramsci, em seu papel político-pedagógico para a classe trabalhadora que possibilite o avanço da consciência em si para a consciência da classe trabalhadora em geral, retomamos a questão: Poderia ser considerada a Via Campesina como um intelectual coletivo?

#### **4. Considerações Finais**

As reflexões que seguiram neste breve texto apontam essencialmente que para uma territorialização contra-hegemonia do capital no campo é fundamental a relação intrínseca entre organização social e formação política.

A Via Campesina, em sua organização latino-americana, a CLOC-VC, tem avançado muito na construção de uma política de formação de quadros, militantes e base. Através de seus cursos e

atividades pedagógicas forja em meio às diferenças a busca da construção da unidade para uma luta mais ampla de transformação social.

Pensamos que nesta articulação organização e formação política, há forte evidência dos processos de classe em si, passando pela construção de identidades e do reconhecimento de iguais condições de vida e dificuldades vivenciadas, assim como, do reconhecimento do inimigo comum.

Agrupar-se e vivenciar a organização da classe em si propicia condições objetivas e subjetivas para o reconhecimento dos limites e contradições de uma classe em particular combater um sistema totalitário. Situar-se em meio a estas contradições pode possibilitar, a partir de certas mediações como o internacionalismo e a formação política, etc., compreender-se enquanto classe para além de si mesma, como classe para si, como classe em geral incorporando todas as suas especificidades e particulares.

Entretanto, tomando em conta a necessidade de luta por mudanças de caráter estrutural, é necessário o encontro da totalidade das classes sociais, não somente das classes sociais trabalhadoras do campo. É necessária a relação dos trabalhadores do campo em sua diversidade com os trabalhadores urbanos. Sobre a ótica gramsciana, é necessária uma aliança de caráter estratégico que possibilite despir-se dos corporativismos para o ato de assumir-se enquanto classe universal.

Consideramos que o grande desafio deste tempo histórico é a superação das particularidades das lutas para a luta por transformação estrutural da sociedade. A passagem da predominância da consciência em si para a classe forjando-se para si.

E então, concordamos com Mézáros (2011) que aponta o socialismo como um horizonte possível para esta transformação estrutural da sociedade, para dar alguns passos a mais na larga busca pela emancipação humana.

## REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BIANCHI, Álvaro. **O Laboratório de Gramsci**: Filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **Pobreza e Exclusão feminina nos territórios do Agronegócio** – o caso de Cruz Alta / RS. 2009. 233f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre.

GUDYNAS, Eduardo. El Nuevo Extrctivismo Progresista en America del Sur. In: ACOSTA, A.; GUDYNAS, E.; HOUTART, F. et al. **Colonialismos del Siglo XXI**. Negocios extractivos y defensa del territorio e América Latina. España: Icaria Editorial, junio de 2011. p. 75-92.

GRAMSCI, Antonio. **La formación de los intelectuales**. Versión al español Ángel González Vegas. México: Editorial Grijalbo S.A., 1967.

\_\_\_\_\_. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno.** Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

\_\_\_\_\_. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ª. ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1982

\_\_\_\_\_. **A Questão Meridional.** Seleção e Introdução de Franco de Felice, Valentino Parlato; tradução de Carlos Nelson Coutinho, Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção Pensamento Crítico. v.72.)

\_\_\_\_\_. **Concepção Dialética da História.** Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GRUPPI, Luciano. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

IASI, Mauro Luis. **Processo de Consciência.** São Paulo: CPV, 1999.

Revista Exame. Edição Especial 40 anos. **Melhores e Maiores.** As mil maiores empresas do Brasil. São Paulo: julho de 2013. Edição 1022E.

ROSSET, Peter, M.; TORRES, Maria Elena Martínez. Del conflicto de modelos para el mundo rural emerge la vía campesina como movimiento social transnacional. **Journal of Peasant Studies** Routledge, UK, v. 37, n.1, p. 149-175, **2010.**

SILVEIRA, Maria Lúcia Souza. Notas sobre poder e estado no pensamento político de Gramsci. In **CADERNOS DE ESTUDOS ENFF. Gramsci e a Formação Política.** 1ª ed. São Paulo: Imprensa Cromosete, novembro de 2012, v.5. p.89-108.

THOMPSON, E.P. **Algumas Observações sobre a Falsa Consciência.** 1977 (versão original). Disponível em: <<https://docs.google.com/file/d/0B0oJkXF5m1XYWF6UFJKTWk4X3M/edit>>. Acesso em abril de 2013.

VIEIRA, Flávia Braga. **Dos proletários unidos à globalização da esperança:** um estudo sobre internacionalismos e a Via Campesina. São Paulo: Alameda, 2011.